



**COMBATER, APRENDER, ENSINAR
E PRODUZIR**

COLECÇÃO RESISTÊNCIA

Texto N.º 4

INTRODUÇÃO

O Povo Angolano dirigido pela sua vanguarda o MPLA, acaba de enfrentar vitoriosamente uma guerra de agressão imperialista. Batido no campo militar, o inimigo procura novas e mais subtis formas de actuação para se opor às vitórias cada vez maiores, alcançadas pelas massas populares. É através da agitação no seio dos trabalhadores, da fomentação do tribalismo e do racismo, da sabotagem do Poder Popular e da sabotagem económica que o inimigo procura opor-se ao avanço da nossa luta.

As massas populares, organizadas em torno da sua vanguarda, o MPLA, constituem a força motriz da nossa Revolução. Todavia, para que elas possam cumprir a tarefa histórica, que lhes está destinada, é indispensável, que os militantes da nossa Organização, tenham como preocupação dominante aumentar a sua formação

política e ideológica para melhor servirem os interesses das massas populares.

O Departamento de Orientação Revolucionária, com a colecção «Resistência» pretende contribuir decisivamente para a tarefa da educação política e ideológica das massas militantes. Aos militantes mais conscientes, e melhor esclarecidos, caberá estudar os textos aqui editados e levá-los ao conhecimento das massas, seja nos grupos de acção, nas Comissões de Bairro, nas Comissões de Trabalhadores, etc., para aí se discutir aprofundadamente o seu conteúdo.

O DOR

Durante a cerimónia central do terceiro aniversário da proclamação das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), em Luanda, o Camarada Presidente Agostinho Neto proferiu, de improviso, o seguinte discurso :

Camaradas membros do C. C. MPLA e do E. M. G.

“Peço-vos, neste terceiro aniversário da Fundação das FAPLA, pelos combatentes heróicos que participaram na luta de libertação contra o colonialismo, neste momento em que nós lembramos muitos daqueles que aqui deveriam estar connosco mas não estão pelas circunstâncias da luta — porque foram portanto mortos pelo inimigo; — Em memória daqueles que muito recentemente e para defender o mesmo objectivo, a Independência do País e as suas opções; camaradas que foram massacrados em diferentes datas da história da nossa luta e no dia 27

de Maio por concepções erradas sobre o desenvolvimento da nossa Revolução; esses camaradas hoje não podem estar connosco e por isso será necessário que nós que ainda estamos vivos rendamos homenagem sentida pelo seu desaparecimento, porque não podem mais combater pela Pátria senão com o seu exemplo memorável, exemplo que nenhum de nós mais esquecerá, enquanto viver.

Peço, portanto, aos camaradas que façamos um minuto de silêncio”.

(Depois de ter sido observado um Minuto de Silêncio, o Camarada Agostinho Neto, Presidente do MPLA, da RPA e Comandante-em-Chefe das FAPLA, prosseguiu a sua alocução).

“Há três anos, nas chanas da Zâmbia, numa extensa planície cheia de sol, incómoda — porque não havia condições para estar — e incómoda porque se sentia o desejo de destruir o MPLA, nós estivemos durante vários dias a discutir com aqueles que só tinham um plano. Esse plano era liquidar o nosso Movimento.

Há três anos, portanto, alguns daqueles que assinaram a Proclamação da fundação das FAPLA lembram-se da maneira como se conseguiu, debaixo de uma pressão imperialista bastante grande, fazer com que o nosso Povo, a nossa Juventude pudessem compreender que nós temos em nós mesmos a força suficiente para vencermos os inimigos internos que nos quise-

ram destruir. E temos também, graças às alianças que vamos fazendo com os países amigos, as forças externas capazes de dominar aqueles que nos quiserem atacar.

A Revolução tem de ser defendida. E eu devo lembrar aqui aos camaradas das FAPLA, camaradas oficiais camaradas soldados, camaradas pioneiros, que nessa altura quando nós decidimos fundar as FAPLA, foi necessário tomar uma atitude corajosa que nos punha em oposição com certas forças africanas. Não preciso de dizer, porque todos os camaradas aqui presentes sabem, que o Movimento Popular de Libertação de Angola era confundido com um Partido Comunista. Pensava-se que nós dizendo Movimento Popular de Libertação de Angola estávamos mas é a dizer Partido Comunista de Angola. Não era assim, nem do ponto da organização, nem do ponto de vista da sua concepção, nem pela qualidade dos militantes que aderiam ao Movimento. Mas a propaganda internacional quis que fosse assim, que nós fôssemos declarados Partido Comunista. E até uma certa altura, a maior parte dos militantes do MPLA não sabiam sequer o que quer dizer um Partido Comunista...

Tivemos, nessa altura, de confrontar essa luta silenciosa. Luta silenciosa contra o MPLA, luta silenciosa contra aqueles que eles diziam "os comunistas" para poder salvar aquilo tam-

bém que os nossos inimigos chamam a civilização ocidental o que quer dizer, o capitalismo.

A civilização ocidental está a ver, durante os últimos anos, ruir, dia a dia, as suas bases de sustentação, vai caindo, aqui e ali, vai deixando de ter poder, aqui e ali, vai deixando portanto de ter aquela força aquela grandeza que fazia dos capitalistas, dos imperialistas, os senhores absolutos do Mundo. E eles sabiam que dentro do nosso Movimento de Libertação de Angola, nós não aceitávamos qualquer espécie de dominação de um país sobre o nosso.

Aí estava o receio. E, então, queriam misturar-nos com indivíduos que eram vendidos ao imperialismo, indivíduos que viriam para o MPLA para defender o imperialismo, os interesses do grande capital europeu ou asiático ou mesmo africano e que não conseguiram. Tiveram um grande ódio. Mas ali, naquela reunião Inter-Regional, feita na III Região do País, na mata, com algumas centenas de participantes, vindos de quase toda a parte de Angola, nós pudemos sentir que a representatividade da força angolana era suficiente para que nós avançassemos. E, nós dissemos "não" àqueles que queriam introduzir-nos na esfera imperialista. Dissemos também "não" àqueles que, ao contrário, desejavam marchar rapidamente, como acontece em quase todas as assembleias, em quase todas as reuniões, todas as conferências, há camaradas que não

pensando bem os motivos de uma determinada situação, pensam que podem correr, mais do que a realidade impõe.

Nós tivemos essas duas grandes vitórias. Vitória contra o imperialismo, em primeiro lugar. Vitória, em segundo lugar, contra os oportunistas dentro do Movimento. E formou-se a Direcção que veio a ser a direcção representativa do Povo angolano, que discutiu com o Governo português a cessação de poderes e que até hoje está a governar Angola.

Os nossos inimigos, os imperialistas, dizem que nós nos constituímos em ditadura, que em Angola já ninguém pode falar, ninguém se pode exprimir, ninguém pode até andar livremente pelas ruas, que estamos, enfim, a ser neocolonizados pelos nossos amigos, que estão aqui presentes.

Não sei se algum dos camaradas sente o neocolonialismo em Angola? Não sei se algum dos camaradas sente qualquer espécie de opressão sobre o Povo angolano? Não sei se algum dos camaradas sente que nós estamos, não a governar o nosso País, mas a deixar governar o nosso País? Essas afirmações vêm dos inimigos. E nós precisamos, ao contrário, de pôr todas as respostas a estas provocações que são feitas pelos inimigos.

É certo que os organismos centrais do Movimento, os membros do Governo, os camaradas

mais responsáveis, em cada província. Têm-se esforçado por esclarecer estes pontos. Mas não creio que, neste momento, todos os camaradas militantes das FAPLA compreendam já, duma maneira clara, o que significa estas provocações contra o nosso País.

Quando se diz que Angola não é independente, que é um País neocolonizado e que aqueles que são os neocolonizadores são os camaradas cubanos e soviéticos, nós teremos de pôr aqui muitas perguntas.

Durante a guerra de agressão que nos fizeram os sul-africanos, durante toda a luta que fizemos e estamos a fazer para manter a integridade territorial do nosso País, quem foi que nos ajudou ?

Nós não vimos aqui a bandeira francesa, nem a bandeira americana, nem a bandeira inglesa, nem outra qualquer bandeira que não fossem as bandeiras dos países realmente amigos, em primeiro lugar a União Soviética, Cuba, Guiné-Conacry, Guiné-Bissau, Moçambique e outros países que nos deram o seu auxílio.

Esta ajuda internacionalista, que os nossos amigos concederam durante o tempo da guerra, para não deixar que o nosso Povo fosse submetido a mais um processo de escravização, depois da libertação do colonialismo português, não pode, de qualquer maneira, ser comparado ao neocolonialismo. Pelo contrário, trata-se de

um facto histórico e humanamente grande e histórica e humanamente responsável para que nós possamos hoje dizer que Angola é na realidade, um País independente.

Os imperialistas, por outro lado, dizem que nós instauramos aqui uma ditadura.

Alguns dos elementos que estiveram a trabalhar para o golpe de 27 de Maio contactaram embaixadas e deram a ideia de que nós não respeitávamos as regras democráticas no nosso País, até porque há só um jornal, um jornal onde ninguém pode dizer aquilo que quer, diz aquilo que o corpo da direcção e da redacção dizem e, ao lado do único organismo de imprensa escrita, a Rádio também está de tal maneira controlada que ninguém pode, de facto, dizer nada... Esta é a chamada ditadura do regime angolano.

Em toda a parte, as revoluções têm o dever sagrado de se defender. Se uma revolução não se defende dos seus inimigos, certamente, essa revolução será esmagada por esses mesmos inimigos. E nós somos conscientes, aqui, de que devemos defender a nossa revolução. E vamos defender esta revolução, quer contra os inimigos internos, quer contra os inimigos externos.

Quando nós pomos o problema da luta de classes, alguns camaradas punham este problema de maneira a fazer compreender que era

necessário eliminar, se possível fisicamente, os elementos duma determinada classe para que em Angola ficasse só uma, ficassem só os proletários.

Esta é uma ingenuidade. É uma infantili-
dade com a qual nós nunca podemos concordar. E, por isso mesmo, em todo o momento, durante a guerra e depois da guerra de libertação nacional, nós falamos sempre em unidade nacional, unidade significando várias coisas, não somente a igualdade de raças, de tribos, mas também a possibilidade de nós todos, em Angola, trabalharmos em conjunto para podermos chegar ao nível desejável, o que não é relativamente muito difícil.

Nós não pensamos, por exemplo, que um pequeno-burguês, por ser pequeno-burguês, deva ser fuzilado para que fiquem apenas proletários a exercer as funções que ele exercia. Nós não pensamos que nós devemos eliminar fisicamente todos os mestiços para que Angola seja apenas uma terra de indivíduos pretos. Isto é errado! Nós não temos, de maneira nenhuma, essa convicção, a ideia de que é preciso fazer sair todos os brancos, não deixar entrar mais nenhum branco, ou eliminá-los fisicamente, para que Angola seja um País só de pretos. Creio que esta seria uma estupidez. Ninguém teve a coragem de pôr o problema da maneira tão crua como eu estou a pôr. Eu estou a pôr, desta ma-

neira, porque evidentemente não estou de acordo. Se tivesse mobilizado os camaradas, que estão aqui, para exercerem essas acções contra os mestiços, contra os brancos, contra a pequena burguesia eu utilizaria outras palavras, palavras que viriam levantar sentimentos que existem, ou talvez existam em cada um e que poderiam ser o motivo para que nós fizéssemos mais uma guerra dentro do nosso País, uma guerra improdutiva, uma guerra que faria a entrar no nosso País os vários inimigos que temos.

O processo de dominação colonial é de facto, incluído na luta de classes geral da humanidade. Aqueles camaradas que já estão na Escola do Partido, que já leram alguma coisa acerca da teoria, podem compreender facilmente o fenómeno que se está a desenrolar, aqui em Angola, como uma resultante da luta geral que, em todo o Mundo, tem sido desenvolvida entre as diferentes classes.

Não serei longo porque os camaradas vão aprender isto nas escolas. Mas quero apenas dizer que a luta entre os homens provém da apropriação dos meios de produção e da apropriação dos produtos. Os homens querem ter as fábricas, querem ter os terrenos, querem ter o gado, para que os produtos, eles possam vendê-los àqueles que não têm e, assim, realizar proveitos maiores ou menores conforme essa produção.

Se uma fábrica de automóveis, na América, não tem muitos produtos para vender, na América, porque já não há comprador, eles vêm, para Angola, construir uma fábrica para vender os automóveis aos angolanos, sejam ou não sejam necessários esses automóveis. E é o nosso Povo que, comprando objectos de luxo desnecessários, vai pagar os operários que construíram aqueles automóveis.

Quando os europeus, principalmente os da Península Ibérica, chegaram a África eles ficaram felizes porque aqui, e doutras partes de Africa eles conseguiram retirar meios imensos, meios imensos para os seus países, desde os minerais, às madeiras preciosas às matérias primas preciosas que não tinham para a sua indústria.

Até o homem escravo, porque nós fomos escravizados, fomos levados para o outro lado do Atlântico. E lá estão os nossos descendentes, aqueles que estão a representar os Povos africanos idos da costa ocidental de que Angola faz parte. Eles empobreceram esta área. Nós não seríamos tão poucos aqui senão fosse este facto, a colonização, e a colonização tinha exactamente esse objectivo. Não queria saber do equilíbrio das áreas donde retiravam as matéria-primas ou retiravam os homens. Não queriam saber do seu desenvolvimento. Não queriam saber do bem-estar daqueles que ficavam. Queriam saber

é do bem-estar das suas famílias, dos seus concidadãos e de todos aqueles que lhes poderiam pagar para enriquecer o mais rapidamente possível.

Nós temos, portanto, esta consciência, consciência que não devemos esquecer, é que durante o colonialismo nós vivemos já a luta de classes, nós vivemos a luta de uma classe dominante, na Europa, que queria dominar outros povos do Mundo. E isso foi feito em grande escala. Quando chegou a independência, a luta de classes não terminou. Somente a maneira de pôr o problema é que mudou. E isso, duma maneira bastante simples que, vários países em África dizem-se independentes só porque têm uma bandeira, um hino e um presidente preto. Não têm mais nada. O comércio não é seu a produção económico-industrial não são seus, toda a vida social não lhes pertence, a única coisa de que se podem regozijar é de ter uma bandeira, um hino e um presidente preto.

A isto chama-se o neocolonialismo, neocolonialismo que retira do país os bens essenciais e os transporta para utilizar na sua terra de origem. Isto é o neocolonialismo, uma nova forma de colonialismo, que já não precisa dos escravos, os escravos trabalham lá onde estão, já não precisa de retirar em massa as matérias-primas, faz fábricas lá onde as matérias-primas estão e quando qualquer governo destes precisa

de assegurar a sua defesa nacional, a sua soberania, não tem meios, não tem soldados, nem equipamento para poder fazer face aos inimigos que o atacam e, então, mais uma vez, é preciso chamar os soldados, técnicos de outros países para poderem vir ajudar os neocolonizados.

Nós, aqui em Angola, não temos felizmente uma orientação que nos leve para o neocolonialismo. Há alguns camaradas, que estarão influenciados por outros países, alguns camaradas que vivem de sonhos, alguns desses camaradas não estão suficientemente esclarecidos sobre a via que nós estamos a seguir, aqui em Angola, via contra qualquer tentativa de restabelecer o colonialismo, via que é contra qualquer tentativa de impor o neocolonialismo.

Nós, em Angola, e desde há muito tempo temos afirmado, ao nosso Povo e aos nossos militantes, que uma das coisas que mais importa conservar é a independência nacional, é a integridade territorial do nosso País, é a soberania da Nação Angolana. Nós não podemos ser completamente independentes, política-económica-socialmente, se por virtude de qualquer acto nosso, haja qualquer represália dos capitalistas, que nós não possamos rechaçar. Temos que ser suficientemente independentes, suficientemente fortes, suficientemente claros nas nossas ideias, para podermos chegar à independência real que todos nós queremos.

Possuímos uma responsabilidade bastante grande. E essa responsabilidade que foi assumida pelo nosso Povo. É a responsabilidade de construir o socialismo no nosso País, sair do colonialismo para o socialismo.

Devo dizer, aos camaradas, que nós nem conseguimos ainda sair do capitalismo. Quero dizer, que embora tenhamos formas de organização económica que são já do tipo socialista, embora tenhamos cooperativas, ainda existem os privados, aqueles que produzem, para si mesmos, e que têm um grande peso na balança do nosso País. Quer dizer: nós não acabamos ainda com os capitalistas. Mas estabelecemos uma meta. Vamos trabalhar para chegarmos ao socialismo. E para chegarmos a essa meta, os nossos camaradas, membros do Conselho da Revolução e membros do Governo estabeleceram o plano para irem transformando a nossa sociedade. Mas quando pronunciamos a palavra socialismo, a palavra socialismo sôa mal nos ouvidos daqueles que nos pensam neocolonizados. Quando se fala em socialismo pensa-se imediatamente, que nós queremos entregar a nossa terra à União Soviética, à União Soviética que nunca teve colónias, que nunca se interessou em dominar outros povos, a União Soviética que tem praticado, única e simplesmente, e em várias áreas do Mundo, a solidariedade internacionalista e sem a qual muitos países não poderiam e

não poderão construir o socialismo. Falam dos camaradas de Cuba e Cuba, igualmente, dá apenas a sua ajuda internacionalista.

Quando nós falamos do socialismo, muitos camaradas compreendem aquilo que vem na propaganda, na baixa propaganda dos imperialistas.

Não preciso de repetir, aqui, os vários dicionários que trazem as definições sobre o socialismo. Só quero lembrar, mais uma vez, a todos os camaradas das FAPLA e outros organismos de defesa aos camaradas do Comité Central que, para nós, socialismo é aquilo que foi definido pelos clássicos: é exigir de cada um aquilo que pode dar e segundo a sua capacidade. Cada um deve dar aquilo que pode e segundo a sua capacidade.

Creio que foi esta semana que nós decretámos um novo horário de trabalho: quarenta e quatro horas. Creio que isso é justo. Mas dentro dessas quarenta e quatro horas será ainda necessário verificar o rendimento e se há realmente uma produção que corresponde às quarenta e quatro horas.

Nós pensamos que os camaradas que trabalham, que têm funções diferentes dos burocratas, têm salários que estão muito longe dos salários dos burocratas. Os operários, por exemplo, que ganham três mil e quinhentos Kwan-

zas não podem dizer que estão juntamente equiparados a alguns directores de serviços que têm quarenta a cinquenta mil Kwanzas que têm vencimentos superiores ao do Presidente da República.

Como é que nós vamos resolver este problema? Será que o trabalho burocrático, trabalho nas repartições públicas, é de tal maneira mais importante do que o trabalho manual, o descarregar os barcos, o descongestionar o porto, o fazer a colheita do café ou da cana-de-açúcar? Teremos de estabelecer diferenças tão grandes entre esses trabalhadores? Esta é uma resposta que o Governo terá de dar muito brevemente. De qualquer maneira, nós pensamos que não está contida esta situação na definição de socialismo, e embora nós não sejamos ainda socialistas, tenhamos várias formas de organização, nós teremos de ir ajustando, ir ajustando as várias situações de maneira, por exemplo, a equiparar o trabalho manual ao trabalho intelectual.

Todos são trabalhadores, quer estejam sentados atrás duma secretária, quer tenham pregos para pregar numa madeira. Portanto, são trabalhos que interessam à nossa sociedade. São trabalhos que devem ser equiparados, que devem ser valorizados de acordo com normas que naturalmente se devem estabelecer.

Eu sou obrigado a referir-me a um tema ligado a estas questões que são questões importantes no nosso País.

Morreram camaradas responsáveis das FA PLA, assassinados, assassinados por seus colegas ou por seus subordinados das FAPLA que entenderam liquidar a direcção política do nosso País, para tomarem eles a direcção de Angola. Isto aconteceu no dia 27 de Maio. Depois disso, foram encontrados mais cadáveres, foram encontrados mais corpos de camaradas que tinham sido abatidos da mesma maneira. Nós perguntamos, a nós mesmos, se este método é correcto?

Com alguns desses camaradas, nós estivemos quase diariamente em contacto, semanalmente em reuniões no Bureau Político, no Comité Central do MPLA, nas reuniões do Conselho de Ministros e em várias outras reuniões organizadas pela nossa organização. Nessas reuniões eles não falavam, não diziam nada e, a certa altura, querem fazer um golpe de estado. Será desta maneira que nós podemos resolver os problemas do nosso País? Será não discutindo? Mas, sim, matando um em Malanje, outro no Kwanza-Sul, outro em Luanda, outro na Lunda, que nós vamos organizar a nossa vida? Será muita hipocrisia, muita hipocrisia aquela que comandou esses antigos camaradas que se comportaram assim.

Todas as questões postas poderiam ser discutidas e a realidade está para convencer quem quer que seja, que não é pelo método violento que este tipo de problemas se pode resolver. E qual era o problema? Era exactamente o problema político. Havia camaradas que já não se conformavam com a empresa privada, já não se conformavam com a cooperativa de certo tipo mas sim queriam tudo estatizado, tudo confiscado, tudo nacionalizado e uma transformação brusca de todos os serviços que têm servido o Governo.

Os métodos que foram utilizados para isso, foram largamente explicados pela Imprensa e não me vou ocupar nele. Vou apenas dizer que quando ainda estava muito chocado pelo acto e até não acreditava muito que antigos camaradas pudessem ir tão longe, eu disse, diante de todos aqueles que ouvem a Rádio, que vêem a a Televisão, que não haveria perdão. Desde que começaram os assassinatos, aqui principalmente em Luanda — camaradas que foram mortos com objectivos tácticos bem determinados — esses indivíduos foram também fuzilados.

E agora perante este caso:

Antigos membros do MPLA, antigos dirigentes, homens que se desviaram a partir de certa altura e alguns deles nós sabíamos já que estavam desviados, sabíamos dos seus encontros, sabíamos com quem falavam, o que falavam.

Eu sou obrigado a referir-me a um tema ligado a estas questões que são questões importantes no nosso País.

Morreram camaradas responsáveis das FAPLA, assassinados, assassinados por seus colegas ou por seus subordinados das FAPLA que entenderam liquidar a direcção política do nosso País, para tomarem eles a direcção de Angola. Isto aconteceu no dia 27 de Maio. Depois disso, foram encontrados mais cadáveres, foram encontrados mais corpos de camaradas que tinham sido abatidos da mesma maneira. Nós perguntamos, a nós mesmos, se este método é correcto?

Com alguns desses camaradas, nós estivemos quase diariamente em contacto, semanalmente em reuniões no Bureau Político, no Comité Central do MPLA, nas reuniões do Conselho de Ministros e em várias outras reuniões organizadas pela nossa organização. Nessas reuniões eles não falavam, não diziam nada e, a certa altura, querem fazer um golpe de estado. Será desta maneira que nós podemos resolver os problemas do nosso País? Será não discutindo? Mas, sim, matando um em Malanje, outro no Kwanza-Sul, outro em Luanda, outro na Lunda, que nós vamos organizar a nossa vida? Será muita hipocrisia, muita hipocrisia aquela que comandou esses antigos camaradas que se comportaram assim.

Todas as questões postas poderiam ser discutidas e a realidade está para convencer quem quer que seja, que não é pelo método violento que este tipo de problemas se pode resolver. E qual era o problema? Era exactamente o problema político. Havia camaradas que já não se conformavam com a empresa privada, já não se conformavam com a cooperativa de certo tipo mas sim queriam tudo estatizado, tudo confiscado, tudo nacionalizado e uma transformação brusca de todos os serviços que têm servido o Governo.

Os métodos que foram utilizados para isso, foram largamente explicados pela Imprensa e não me vou ocupar nele. Vou apenas dizer que quando ainda estava muito chocado pelo acto e até não acreditava muito que antigos camaradas pudessem ir tão longe, eu disse, diante de todos aqueles que ouvem a Rádio, que vêem a a Televisão, que não haveria perdão. Desde que começaram os assassinatos, aqui principalmente em Luanda — camaradas que foram mortos com objectivos tácticos bem determinados — esses indivíduos foram também fuzilados.

E agora perante este caso:

Antigos membros do MPLA, antigos dirigentes, homens que se desviaram a partir de certa altura e alguns deles nós sabíamos já que estavam desviados, sabíamos dos seus encontros, sabíamos com quem falavam, o que falavam.

Há camaradas que até eram sócios de casas comerciais, que existem aqui em Luanda e, ao mesmo tempo, eram ministros, ao mesmo tempo exerciam essa actividade fraccionista contra o nosso Governo.

Nós tentámos sempre ser tolerantes, dar tempo aos camaradas para repensarem os seus problemas. Muitas vezes foram ao meu gabinete e eu disse-lhes que era necessário pensar, mais uma vez, que aquele caminho era errado.

Houve camaradas que sabiam de tudo. Membros do Conselho da Revolução, membros do Comité Central sabiam de tudo o que ia acontecer no dia 27. E não me informaram, não me disseram nada.

O que faremos desses elementos?

Nós não podemos pensar noutra fórmula além daquela que eu pronunciei na primeira intervenção feita a propósito deste assunto: Não há perdão!

Não há perdão para aqueles que já foram encontrados e para aqueles que voltem a praticar esses crimes.

Não haverá qualquer espécie de perdão, porque, camaradas responsáveis, membros do Comité Central e Governo, oficiais e soldados das FAPLA, nós temos funções nobres, nós temos funções que exigem, de nós, a maior dedicação à nossa Pátria. O inimigo não está, demaneira nenhuma, parado. Não está inconsciente, da sua

fraqueza actual em relação a Angola. Temos, ainda, os ataques dos inimigos. Tivemos há pouco tempo no Sul, um ataque de tropas sul-africanas, misturadas com fantoches da "Unita", na área do Cuangar, mesmo sobre a fronteira. Temos ameaças de fronteira. Temos ameaças de ataque, também, sobre a fronteira no Diri, em Calai, assim como em Ribungo. Todas essas localidades encontram-se sobre a linha da fronteira e os sul-africanos alimentam essa guerra contra a República Popular de Angola.

No norte, na República do Zaire, continuamos a verificar algumas infiltrações, tanto em relação a Cabinda como em relação às outras províncias mais ocidentais.

No entanto — eu não vou fazer nenhuma revelação, tudo foi publicado nos jornais — a República do Zaire permitiu que uma empresa alemã construísse, num vasto território, no Kivu, rampas de lançamento de foguetes que podem transportar seja o que for, ou instrumentos de medição meteorológica ou simples sondas, ou podem também levar cabeças atômicas.

Estas rampas de lançamento estão construídas e o território em que os alemães estão a trabalhar não é um território que esteja acessível aos zairenses. Ali, a autoridade que passa os passaportes, os "laissez-passer", são sempre os alemães. Quer dizer que, o nosso vizinho, mais uma vez, hipotecou uma parte da sua

terra, a estrangeiros, quer dizer que cedeu uma parte da sua soberania a estrangeiros.

Este é um problema do povo zairense. Mas, em relação a nós, vemos o perigo, perigo em que estamos, tendo aqui perto rampas de lançamento de foguetes. Este é um perigo que nós temos em relação a Angola. Se houver algum problema sério, já não será necessário usar a infantaria, que não deu provas que se pudessem classificar com vinte valores, mas que, pelo contrário, deu provas que nós iríamos classificar de medíocres. E este exército, essa infantaria, seria então substituída pelos foguetões.

Perante esta situação, nós temos ainda o mar e a Zâmbia. Nós temos uma certa defesa costeira e temos boa amizade com a Zâmbia... Não receamos nenhum ataque, nenhum acto de hostilidade. Pelo contrário, esperamos actos de amizade por parte da Zâmbia. Mas nós temos as duas fronteiras, norte e sul, e aqui camaradas das FAPLA, deveremos ter muita atenção.

O nosso país é vasto. É um país que tem um milhão e um quarto mais ou menos de quilómetros quadrados. Mas segundo as estatísticas portuguesas, tem apenas seis milhões de habitantes (é possível que haja um pouco mais). E a nossa força, neste momento, para podermos resolver os problemas que se põem que são o problema da defesa, o problema da produção económica, problema da educação, problema da

assistência médica, a resolução dos vários problemas sociais que nós temos. Precisamos da colaboração de todos. E, por isso, os camaradas das FAPLA devem integrar-se nessas unidades que estão a trabalhar pela reconstrução do nosso País.

Temos, por um lado, de compreender de uma maneira definitiva, esta questão da defesa. Muitas vezes houve dizer-se que as FAPLA não gostam da CPPA, CPPA não gosta da Guarda de Fronteira, que a Guarda de Fronteira não gosta da ODP, etc. etc. Eu creio que isto é só para entreter, que não pode ser assim e portanto eu não acredito que seja assim. Devem ser brincadeiras de rapazes... E sendo só brincadeira, nós vamos dizer então aos camaradas que nós estamos a chamar os camaradas da ODP para funções muito importantes em todo o País.

A ODP será chamada para funções que até agora têm sido exercidas pelas FAPLA. As FAPLA têm coberto as funções porque ela não existia. Mas nós não podemos garantir uma real independência do País, não podemos garantir a nossa soberania, não poderemos garantir que o nosso Povo se desenvolva de maneira a termos instaurado realmente o Poder Popular, sem que a ODP seja organizada.

A ODP são camaradas, em princípio civis, que vão constituir-se em todas as províncias, camaradas que não terão a função que têm as

FAPLA, camaradas que estarão no seu local de trabalho, para prestar o serviço remunerado que habitualmente fazem, mas que, em qualquer momento de emergência, são chamados para constituir pelotões, companhias e avançar contra o inimigo. São eles também que nos vão defender do inimigo interno. São eles que vão dar a sua contribuição na vigilância nas grandes cidades, que por vezes escapam à vigilância de alguns organismos de defesa. A ODP é, portanto, um organismo precioso que sem ele, sem a ODP, nós não poderemos compreender, aqui em Angola, nem o desenvolvimento político nem o desenvolvimento económico, nem o desenvolvimento social do nosso Povo, em várias regiões do País, sem que a sua presença seja efectiva. E também sem a ODP não será possível que nós prestemos a ajuda internacionalista que é necessária prestar aos outros povos da África Austral; aos povos da Namíbia, do Zimbabwe, da África do Sul e outros.

Até hoje, de uma maneira aparente, não foi dada a atenção suficiente à ODP. É agora o momento de lhe dar esta atenção. É agora o momento em que nós todos devemos-nos consciencializar-nos para ajudar a organização da ODP em toda a parte, nos locais de trabalho, nos locais de residência, em unidades independentes com comandos bem determinados e permitir assim que haja uma função exequível pelos

camaradas que há tanto tempo vêm lutando pela nossa independência.

Camaradas, nós temos, embora desvirtuando um pouco o carácter desta cerimónia, que deveria ser simplesmente uma cerimónia militar, temos também de olhar — as ocasiões para nos encontrarmos não são muitas — para os problemas que estão afectando por um lado as FAPLA por outro as organizações de massas, por outro lado a população em geral.

Os camaradas das FAPLA têm as suas palavras de ordem : sabem repetir de memória, fielmente. São palavras de ordem portanto que devem servir de guia assim como aquelas outras que têm sido difundidas pelo Estado Maior Geral e pelo Ministério da Defesa. Combater é o primeiro dever das FAPLA, aprender, ensinar e produzir. Os camaradas das FAPLA conhecem essas palavras de ordem, sabem como executá-las.

As vezes, quando nós comparamos o trabalho que foi feito, antes da Independência, em áreas áridas, áreas quase sem nada, nós não ficámos muito orgulhosos com o trabalho dos camaradas actuais das FAPLA. A questão da produção, esta é uma das questões que temos frisado quase diariamente, e que alguns milhares de homens podem, em parte, resolver, organizando horários que sejam compatíveis com a sua função de defesa, que é a principal.

Há a função do estudo : ainda temos camaradas das FAPLA que não sabem ler. Eu ficarei muito feliz no dia em que puder vir aqui e os camaradas todos disserem "aqui já não há ninguém que não saiba ler", "todos sabem ler". Hoje não podem dizer. E não podem dizer porque as horas de estudo não são suficientes. As aulas dedicadas à formação ideológica e política têm estado a aumentar graças à existência de algumas escolas políticas. Mas creio que isso chega para cada um dos elementos das FAPLA.

Se nós estendermos esse conceito "estudar" ao familiar, aos amigos aqueles com quem estão relacionados de maneira que o aluno FAPLA possa ser também um aluno-professor, junto dos seus familiares, junto dos seus amigos, nós encontraremos uma carência ainda maior. Mas é bom e é necessário que os camaradas dos diferentes comandos, em todas as regiões, dêem uma importância grande a esta questão de "ensinar" e aprender".

Cada vez mais teremos armas difíceis de manejar: há aviões rápidos que é preciso pilotar, há tanques, há blindados, há armas de artilharia também sofisticadas, há enfim um conjunto de armamento que os camaradas para o poderem fazer funcionar precisam de ter uma determinada qualificação em certas matérias. Por outro lado ainda, quando alguns camaradas saírem desta função militar, quando já não forem

precisos, ou não forem aptos para a função militar, a função que irá cada um de vocês servir, lá fora na vida civil, dependerá do grau de instrução que cada um tem. Portanto, esta será também uma base para que possa, no futuro, encontrar condições de vida, condições que lhes permitam ter uma qualificação melhor. Talvez não um salário muito mais elevado mas, pelo menos, uma responsabilidade na reconstrução do País muito maior.

Temos a questão da produção. Eu sei que em algumas unidades produz-se, mas sei também que não há produção planificada nas diferentes unidades. E mesmo nos terrenos mais secos, naqueles que são considerados menos produtivos, os camaradas das FAPLA podem encontrar a maneira de produzir e de participar da produção.

Camaradas : não basta que vão recolher café ou cortar cana ou, num futuro mais ou menos breve, recolher algodão. Mas será preciso, na realidade, que participem na produção. E não faltarão os terrenos para que as FAPLA produzam.

A medida que nós avançamos na nossa vida nacional, à medida que nós vamos tomando consciência das responsabilidades que nós temos sobre os ombros, todos aqueles que estão nas FAPLA deverão estar a sentir a esperança que o nosso Povo e o Mundo lança sobre eles. Esta-

mos, aqui, numa região da África Austral em que há confrontações militares e onde pode haver outras confrontações militares. Os olhos do mundo estão lançados sobre as FAPLA e que as FAPLA não falhem nesta sua tarefa de defender Angola como baluarte da Paz, que não falhem deixando que Angola seja utilizada para atacar outros países. Esta é uma função.

Por outro lado, Angola terá, fatalmente, de exercer o seu dever internacionalista, que há-de fortalecer-se de todas as formas, preparando-se, fazendo com que cada homem, cada soldado, cada oficial seja capaz de realizar, na realidade, as tarefas que lhe forem confiadas ou do ponto de vista militar ou do ponto de vista político.

Um só Povo ! Uma só Nação !

Abaixo o fraccionismo !

Abaixo o fraccionismo !

Pelo Poder Popular !

A Luta Continua ! A Vitória é Certa !”